

Cofinanciado por:



integrar

boletim

Boletim do projecto
POISE da CGTP-IN
no quadro da Actividade
"Sensibilização e Reforço da
Sindicalização dos Trabalhadores
de Países Terceiros"
Número 1 da Série n.º 2
Janeiro 2019
ISSN: 2182-4851
Distribuição gratuita
2000 exemplares

“ Pretendemos assim transmitir uma informação geral aos trabalhadores imigrantes sobre os direitos existentes... {pág #2}



“ Muito importante que os imigrantes se possam integrar social e economicamente nas sociedades de acolhimento e em Portugal não fogem à regra... {pág #5}

Editorial

Vamos recomeçar a edição do boletim do nosso Departamento de Migrações, o boletim **INTEGRAR**, depois de algum tempo de suspensão devido às (naturais) dificuldades causadas por excesso de actividade sindical e consequentes carências de recursos. E este será o n.º1 da 2ª série..

Desde sempre, os movimentos migratórios tiveram toda a atenção e os migrantes a solidariedade absoluta da CGTP-IN. Porém, nos tempos presentes, esta atenção é ainda mais importante porque observamos, com a máxima atenção e preocupação, que os migrantes são o principal objectivo da mensagem política da extrema-direita profascista ou mesmo assumidamente fascista, que os diaboliza e os transforma no bode expiatório de todos os problemas sociais que existem e persistem nas nossas sociedades.

A este estereótipo de migrante que a extrema-direita tenta difundir, os cidadãos democráticos e progressistas, começando pelos sindicalistas da CGTP-IN, combatem-na relevando a importância social, económica, demográfica e cultural dos migrantes para os países de acolhimento e os efeitos positivos que têm no de origem.

Por esta razão, a existência de um órgão de comunicação social sindical dedicado e focalizado nas temáticas das migrações e da solidariedade com os migrantes e da luta contra o racismo e a xenofobia é uma boa notícia não somente para os sindicalistas da CGTP-IN mas também para todos aqueles que fazem deste tema a sua intervenção militante ou cívica.

Acresce que o recomeço da edição do boletim **INTEGRAR** tem uma importância superior no actual momento político-sindical, ela integra a concretização de um projecto de informação e formação sindical (apoiado pelo programa POISE) mais vasto e que se projecta no futuro.

Efectivamente, este projecto, intitulado “Sensibilização e Reforço da Sindicalização dos Trabalhadores de Países Terceiros”, tem uma ambição a longo prazo – formar os militantes e dirigentes sindicais da CGTP-IN para informarem mais os imigrantes em Portugal e agirem melhor para defender os seus interesses e combater a sobre-exploração de que, na generalidade, são vítimas por parte de patrões sem escrúpulos.

A difusão de informação sobre os direitos e a formação sobre como melhor agir (e lutar) para os realizar vai ser o essencial deste projecto. Desta forma, combatendo a sobreexploração, as desigualdades e o *dumping social*, promovendo a igualdade e concretizando a solidariedade e a organização sindical nos locais de trabalho, estamos a prevenir a penetração das ideias racistas e xenófobas nos locais de trabalho, que é um dos objectivos



estratégicos da CGTP-IN. E, assim, reforçar o papel da nossa confederação na integração dos migrantes em Portugal.

Neste primeiro número desta nova série, apresentamos uma entrevista de Arménio Carlos, secretário-geral da CGTP-IN, vamos transmitir informações sobre o conteúdo e a forma de concretização do projecto POISE, descrever a actual realidade quantitativa da imigração em Portugal e registar as perspectivas e a actividade sindical da FEVICOM (Federação Portuguesa dos Sindicatos da Construção, Cerâmica e Vidro) e da FIEQUIMETAL (Federação Intersindical das Indústrias Metalúrgicas, Químicas, Eléctricas, Farmacêutica, Celulose, Papel, Gráfica, Imprensa, Energia e Minas) sobre o trabalho com os trabalhadores imigrantes.

Assim, damos corpo ao nosso objectivo: fazer deste boletim uma ferramenta de trabalho sindical dos militantes e dirigentes da CGTP-IN junto aos trabalhadores e trabalhadoras imigrantes em Portugal – **VAMOS AO TRABALHO!**

Carlos Trindade
Membro da Comissão Executiva da CGTP-IN
Responsável do Departamento de Migrações

Apresentação da Actividade “Sensibilização e Reforço da Sindicalização dos Trabalhadores de Países Terceiros”

No Programa de Acção do último Congresso da CGTP-IN foi confirmado e aperfeiçoado o objectivo de defender a efectivação dos direitos dos imigrantes, para haver condições de igualdade e não discriminação no trabalho e ao nível social, cultural e político, bem como apresentada a reivindicação da regularização de todos os que, enquanto trabalhadoras/es, se encontram em situação irregular. Outra orientação clara para o trabalho sindical com os imigrantes continua a ser a de promover a sua participação na actividade sindical, nos plenários e diversas formas de acção e luta, visando a sua sindicalização e eventual eleição como delegado/a ou dirigente sindical. Para ajudar a desenvolver este objectivo, foi decidido criar uma Actividade específica no quadro geral do Projecto CGTP-IN apoiado pelo Programa POISE (01-3726-FSE-000007).

Objectivos da Actividade:

Com esta Actividade, o Departamento de Migrações da CGTP-IN pretende defender a efectivação dos direitos das/os trabalhadoras/es imigrantes para haver condições de igualdade e não discriminantes no trabalho e contribuir para a sua integração ao nível social, cultural e político. Mais concretamente:

- 1- Promover a participação das/os trabalhadoras/es imigrantes na actividade sindical, nos plenários e diversas formas de luta, visando a sua sindicalização e eleição como delegadas/os sindicais ou representantes para a segurança e saúde no trabalho.
- 2- Capacitar as/os dirigentes e delegadas/os sindicais e defender as/os trabalhadoras/es imigrantes, ultrapassar a possível desconfiança existente, particularmente dos oriundos de países não membros da União Europeia.
- 3- Assegurar uma informação e sensibilização sobre a legislação laboral e a imigração, bem como sobre as condições de trabalho e distribuir materiais que facilitem o entendimento e a participação das/os trabalhadoras/es imigrantes na acção sindical.

Pretendemos assim transmitir uma informação geral aos trabalhadores imigrantes sobre os direitos existentes e a importância da sindicalização e da acção sindical para que esses direitos sejam efectivados. Por outro lado, dar informação e formação específicas aos activistas e dirigentes sindicais para o trabalho sindical com os trabalhadores imigrantes nas empresas ou em interacção com dirigentes e activistas associativos da imigração.

Actividades

1) SEMINÁRIOS DE SENSIBILIZAÇÃO

Sobre a legislação da imigração e aspectos da legislação laboral e acção sindical. Estes seminários visam transmitir conhecimentos sobre a legislação da imigração e a legislação laboral; conhecer a realidade actual dos imigrantes no mundo laboral e na sociedade portuguesa; a importância da sindicalização e da luta sindical das/os trabalhadoras/es imigrantes com os trabalhadores nacionais.

Estão previstos seis seminários descentralizados da forma seguinte: **1)** Grande Lisboa: para os distritos de Lisboa, Setúbal e Santarém, realizado em Lisboa; **2)** Alentejo: para os distritos de Évora, Beja e Portalegre, realizado em Évora; **3)** Algarve, realizado em Faro; **4)** Centro Litoral: para os distritos de Coimbra, Aveiro e Leiria, realizado em Coimbra; **5)** Centro: para os distritos de Castelo Branco, Guarda e Viseu, realizado em Castelo Branco; **6)** Norte: para os distritos do Porto, Braga, Viana do Castelo e Vila Real, realizado no Porto.

2) MANUAL DE FORMAÇÃO

Este será o manual de apoio aos seminários e aos quadros sindicais. Visa promover a interacção sindical entre trabalhadores portugueses e trabalhadores imigrantes favorecendo a sua integração e participação na acção sindical e será utilizado nos seminários de sensibilização. Pretende-se transmitir conhecimentos sobre a realidade dos trabalhadores imigrantes e dar ferramentas para interagir, participar e lutar sobre a sua própria realidade, nomeadamente no mundo laboral.

3) BOLETINS de informação “INTEGRAR”

Os primeiros boletins “INTEGRAR” já foram editados pelo Departamento de Migrações, sendo este boletim o primeiro da nova série, em quatro idiomas (português, inglês, ucraniano e francês). Queremos informar sobre a actual realidade da imigração em Portugal e respectiva legislação; dar exemplos de boas práticas sindicais com imigrantes; testemunhos de activistas sindicais; notícias diversas, etc.). Desta forma, queremos dar continuidade ao boletim *Integrar* para permitir a interligação regular entre a CGTP-IN, os seus sindicatos e as/os trabalhadoras/es imigrantes e outras associações desta área.

4) Para a DIVULGAÇÃO desta actividade foram editados CARTAZES e FOLHETOS, em quatro idiomas (português, inglês, ucraniano e francês), através dos quais queremos dar a conhecer estas actividades bem como lembrar os direitos dos imigrantes em Portugal.

O impacto esperado

Além de ajudar a resolver os problemas de discriminação nos locais de trabalho, esperamos formar um maior número de quadros e dirigentes capacitados para intervir na área das condições sociais e laborais dos trabalhadores migrantes, incentivar uma maior sindicalização e eleição de delegados oriundos deste grupo de trabalhadores.

{continua na página 4}

Entrevista com Arménio Carlos, Secretário Geral da CGTP-IN

1. Qual o seu sentimento de um ponto de vista geral sobre a presença de imigrantes na Europa e em Portugal?

São bem-vindos, no quadro da Declaração Universal dos Direitos Humanos de que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos”. A sua presença é importante para eles porque podem ambicionar a uma melhoria das condições de vida e necessária para Portugal e a Europa porque responde a um conjunto de necessidades que decorrem, nomeadamente do declínio demográfico que se perspectiva venha a agravar. A participação dos imigrantes na sociedade é ainda relevante porque para além do contributo que dão ao desenvolvimento económico e social do país, trazem consigo uma cultura que reforça a função multicultural e a aproximação e cooperação entre os povos e os países.

2. Como interpreta a situação actual dos imigrantes e refugiados que querem chegar à Europa e não têm a mesma recepção em todos os países europeus?

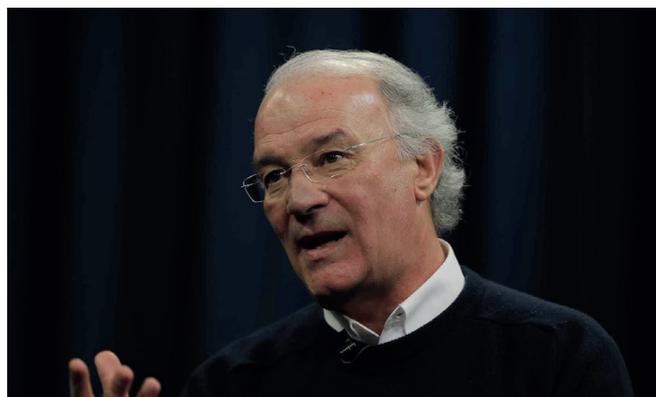
Como um exemplo de retrocesso social e civilizacional de um projecto europeu que sobrepõe a política neoliberal e os interesses económicos e financeiros aos direitos fundamentais dos trabalhadores em geral e dos imigrantes em particular. Este é um processo que importa denunciar e combater. Até porque sendo Portugal um país de emigrantes não pode nem deve fazer aos outros aquilo que não admite que seja feito aos seus.

3. Que pensa sobre a actual política de imigração e de refugiados da UE?

É errada, perigosa e desumana. Errada porque estimulou a guerra e a intervenção de movimentos terroristas que desestabilizaram e desestruturaram política, económica, social e financeiramente os países vítimas deste processo com centenas de milhares de mortos e milhões de refugiados. Perigosa porque associada à rapina dos recursos naturais de vários dos países agredidos, é passiva e tolerante com políticas xenófobas e racistas que alastram por toda a Europa e reforçam as posições da extrema-direita de cariz fascizante. Desumana porque, em pleno século XXI, reintroduz “campos de concentração” e é co-responsável pela morte de milhares de pessoas, que fugindo para viver, acabaram por morrer, nomeadamente, no Mediterrâneo.

4. Como interpreta a situação dos trabalhadores imigrantes nas empresas e sua integração social, económica e cultural em Portugal?

Para a CGTP-IN, a trabalho igual tem de corresponder salário igual. Independentemente da sua origem, os trabalhadores imigrantes devem ter os mesmos deveres e direitos dos trabalhadores portugueses e ver reconhecidas as suas competências e qualificações. Para tal, é necessário combater o *dumping* social que a todos (portugueses e imigrantes) afecta e condenar exemplarmente os patrões que em alguns sectores de actividade recorrem ao trabalho escravo. Simultaneamente, é



preciso um maior empenho do governo, nomeadamente no reforço da capacidade da intervenção da ACT. Mas não só. É necessário dar uma maior celeridade à legalização dos trabalhadores imigrantes, à autorização de residência e ao reagrupamento familiar, indissociável da sua estabilidade e bem-estar, assim como incentivar a activação e divulgação das suas culturas e a participação cívica a todos os níveis na sociedade.

5. O que acha dos direitos laborais para os trabalhadores imigrantes em Portugal?

Continuamos a ter défices no que respeita à efectivação dos direitos. Lamentavelmente, nem sempre o que o governo diz confere com o que faz. Persistem tratamentos diferenciados como o dos “vistos Gold” e condicionalismos na efectivação dos direitos devido à precariedade dos vínculos laborais e do medo de perder os empregos. Também aqui há que intensificar a intervenção do MSU no quadro da valorização dos trabalhadores e do combate ao modelo de baixos salários e trabalho precário que o pacote laboral do governo do PS, recentemente apresentado, visa perpetuar.

6. Quais as questões gerais colocadas em termos de acção sindical para a sensibilização e sindicalização dos trabalhadores imigrantes?

Conhecer os seus problemas, necessidades e anseios pessoais e profissionais e com eles construir as propostas e garantir a respectiva participação na dinâmica reivindicativa e na vida do sindicato. A sindicalização e o exercício de responsabilidades diferenciadas ao nível da estrutura sindical, como delegados e/ou dirigentes, assumem um papel determinante para a resolução dos seus problemas. As várias experiências interessantes ocorridas, designadamente na década de 90 do século passado, e no início deste novo milénio e as perspectivas da entrada de mais imigrantes no país implicam uma atenção redobrada dos sindicatos da CGTP-IN. Isto num quadro em que hoje se verificam alterações substanciais na origem dos imigrantes que procuram o nosso país para viver e trabalhar. Há, pois, que trabalhar mais e melhor a partir dos locais de trabalho envolvendo os imigrantes, enquanto protagonistas de um processo de cidadania, em que todos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei.

Testemunho da FEVICOM – Federação Portuguesa dos Sindicatos da Construção, Cerâmica e Vidro / CGTP-IN

1. Como analisa a situação dos trabalhadores imigrantes nas empresas do teu sector?

De entre os diversos sectores industriais representados pela FEVICOM, é no sector da construção civil e também, embora em menor número, no sector da indústria cerâmica, que os trabalhadores e trabalhadoras imigrantes mais se concentram.

Estes trabalhadores estão acrescidamente expostos à precariedade laboral e aos baixos salários que caracterizam estes sectores de actividade.

Enfrentam, muitas vezes, o problema da língua, o que lhes dificulta o acesso à informação, à troca de experiências com os seus colegas de trabalho e à participação sindical e cívica mais geral.

Muitos deles possuem habilitações literárias de nível superior e ocupam postos de trabalho de menores qualificações, desperdiçando-se saberes e conhecimentos adquiridos.

2. O que pensa sobre a sua integração social, económica e cultural em Portugal?

Geralmente, é gradual e está muito relacionada com a estabilidade do emprego, pois a mobilidade geográfica – em especial, na construção civil – não contribui para a sua integração social, económica e cultural nem para a sua estabilidade de ligação ao sindicato.

A sua integração também é diferenciada no território nacional, dependendo da região e do meio social envolvente.

Mas, à partida, pelos condicionalismos já expostos, sentem maiores obstáculos de integração e maiores dificuldades de acesso aos vários níveis de participação social e cultural.

Um outro obstáculo prende-se com a desregulação de horários de trabalho e com o prolongamento (muitas vezes, ilegal) do período normal de trabalho, à noite e ao fim-de-semana. Tal como os emigrantes portugueses, também os imigrantes de outros países tendem a trabalhar mais horas – muitas vezes pagas abaixo dos valores contratuais – para amealhar um pouco mais para o agregado familiar.

Esta ocupação do tempo destinado ao trabalho rouba-lhes tempo de vida pessoal e familiar.

3. O que acha dos direitos laborais para os trabalhadores imigrantes em Portugal?

Os sindicatos do sector vão continuar a agir e a lutar pela existência de iguais direitos para todos os trabalhadores, independentemente da sua nacionalidade, com base na contratação colectiva do sector ou

empresa. E a intervir pela sua maior participação e responsabilização social e sindical.

4. No teu sector, na contratação colectiva ou em cadernos reivindicativos nas empresas, os imigrantes têm direitos específicos estabelecidos?

Sim. O CCT da Construção Civil prevê que o trabalhador estrangeiro ou apátrida que esteja autorizado a exercer uma actividade profissional subordinada em território português goza dos mesmos direitos e está sujeito aos mesmos deveres do trabalhador com nacionalidade portuguesa.

5. Quais as questões gerais colocadas em termos de acção sindical para a sensibilização e informação dos trabalhadores imigrantes no vosso sector?

As questões gerais da nossa acção sindical prendem-se com a elaboração de folhetos informativos e sua distribuição, acompanhada de contactos directos com os trabalhadores imigrantes acerca da necessidade de intervir e lutar pelo emprego seguro, por melhores salários, por horários de trabalho dignos, pela valorização das profissões e das competências e pela efectividade dos direitos individuais e colectivos.

E saber ouvir as suas opiniões e conhecer as suas experiências ajuda bastante na sensibilização direccionada para estes trabalhadores, pois cada um tem uma experiência laboral e sindical diferente, dependente dos países de origem e da ligação, ou ausência dela, aos sindicatos nos países de origem.

6. Quais as questões gerais colocadas em termos de acção sindical para a sindicalização e organização (eleição de delegados sindicais, etc.) dos trabalhadores imigrantes no vosso sector?

Juntando as questões anteriores de informação, audição e sensibilização, é em torno do tratamento e resolução de problemas concretos, no plano individual e/ou colectivo, que se abrem portas para a sindicalização e integração sindical.

O nosso maior desafio – para além da resposta à ofensiva patronal – é a mobilidade geográfica no sector da construção civil, que obriga a novas formas de trabalho e de interligação entre os sindicatos do sector para estar presente e acompanhar os trabalhadores em qualquer ponto do país em que se encontrem, com uma atenção particular aos trabalhadores imigrantes, muitos deles sem família em Portugal e mais susceptíveis a serem expostos a permanente mobilidade e exploração patronal.

{continuação da página 2}

Além de pretender a presença de imigrantes a todos os níveis hierárquicos nos quadros sindicais, iremos dar continuidade ao instrumento de informação permanente que é o boletim *INTEGRAR*, permitindo a interligação regular entre os sindicatos, os trabalhadores imigrantes e outras associações que trabalham com esta população específica.

O projecto termina no final de Janeiro de 2019, mas esperamos que provoca mais encontros de sensibilização e mais acção reivindicativa nesta área nas empresas e nos sectores profissionais.

Para mais informação sobre a realização dos seminários regionais, contacte o seu sindicato ou a sua união distrital. Sobre a realização desta Actividade, contacte o Departamento de Migrações da CGTP-IN no tel. 213 236 518 ou 213 236 668.

Giorgio Casula
Responsável Técnico da Actividade

Entrevista de Manuel Correia, da FIEQUIMETAL (Federação Intersindical das Indústrias Metalúrgicas, Químicas, Eléctricas, Farmacêutica, Celulose, Papel, Gráfica, Imprensa, Energia e Minas)

1. Como analisa a situação dos trabalhadores imigrantes nas empresas do teu sector?

À semelhança dos demais sectores de actividade, a situação dos imigrantes nos sectores da FIEQUIMETAL caracterizam-se por um elevado número de trabalhadores imigrantes em condições precárias dos pontos de vista laboral e social: do ponto de vista laboral, a sua grande maioria trabalha com contratos a prazo e auferem um rendimento muito baixo, do ponto de vista social, atendendo a que dependem exclusivamente do rendimento do trabalho, os baixos rendimentos influenciam negativamente a questão social.

Um outro aspecto a ter em atenção é a questão da regularização, questão essencial para a sua integração no mercado de trabalho e daí a sua normal participação na sociedade. É inaceitável um tão elevado número de imigrantes que tem muitas dificuldades de aceder a documentação necessária para aspirarem a um posto de trabalho NORMAL e não estarem sujeitos e obrigados a serem escravos modernos.

2. O que pensa sobre a sua integração social, económica e cultural em Portugal?

Muito importante que os imigrantes se possam integrar social e economicamente nas sociedades de acolhimento e em Portugal não fogem à regra.

Todavia, considerando as condições de natureza legal, torna-se muito difícil uma integração correta. Um elevado número de trabalhadores indocumentados, portadores quase em exclusivo de contratos a prazo, com rendimentos muito baixos, continuam a trabalhar numa situação precária e sempre sujeitos à exploração.

3. O que acha dos direitos laborais para os trabalhadores imigrantes em Portugal?

Os direitos laborais dos imigrantes em Portugal têm de obedecer aos princípios constitucionais da igualdade; a contratação colectiva, que a FIEQUIMETAL subscreve, contém esse princípio de que: cito a CRP.

1. Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei.
2. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.

Por isto e por demais questões, para que os imigrantes não sejam discriminados, em todas as esferas das nossas competências devemos trabalhar para garantir todos os direitos desses cidadãos, a sua legalização, o direito ao trabalho nas mesmas condições dos cidadãos nacionais, habitação condigna, educação para os seus filhos, etc. A FIEQUIMETAL, em articulação com os seus sindicatos filiados, tem nas suas intervenções estas preocupações.

4. No seu sector, na contratação colectiva ou em cadernos reivindicativos nas empresas, os imigrantes têm direitos específicos estabelecidos?

Nos sectores da FIEQUIMETAL, na contratação coletiva e nas acções reivindicativas, trabalhamos para a universalidade de direitos, sem se excluir as especificidades que possam existir e que terão de ser respeitadas, no fundamental, a consagração de todos os direitos para nacionais e estrangeiros, consideramos ser condição para o sucesso.

5. Quais as questões gerais colocadas em termos de acção sindical para a sensibilização e informação dos trabalhadores imigrantes no vosso sector?

Na acção sindical temos a obrigação de perceber a totalidade de trabalhadores a que nos dirigimos e em cada caso incluir na informação os aspectos essenciais que dizem respeito a cada um deles. Relativamente aos imigrantes importa perceber as suas condições legais e contratuais e exigir o tratamento de igualdade e a sua condição de legalidade.

6. Quais as questões gerais colocadas em termos de acção sindical para a sindicalização e organização (eleição de delegados sindicais, etc.) dos trabalhadores imigrantes no vosso sector?

As principais questões que se colocam para sindicalizar e organizar os trabalhadores imigrantes são a exigência de aplicação dos direitos a todos os trabalhadores de igual forma incluindo aos imigrantes, a exigência de se protegerem estando sindicalizados, elegê-los aos cargos de delegados, dirigentes sindicais e representantes dos trabalhadores em SST, por isso nos sectores da FIEQUIMETAL há um número significativo de delegados, dirigentes e representantes dos trabalhadores em SST oriundo das comunidades de Imigrantes.

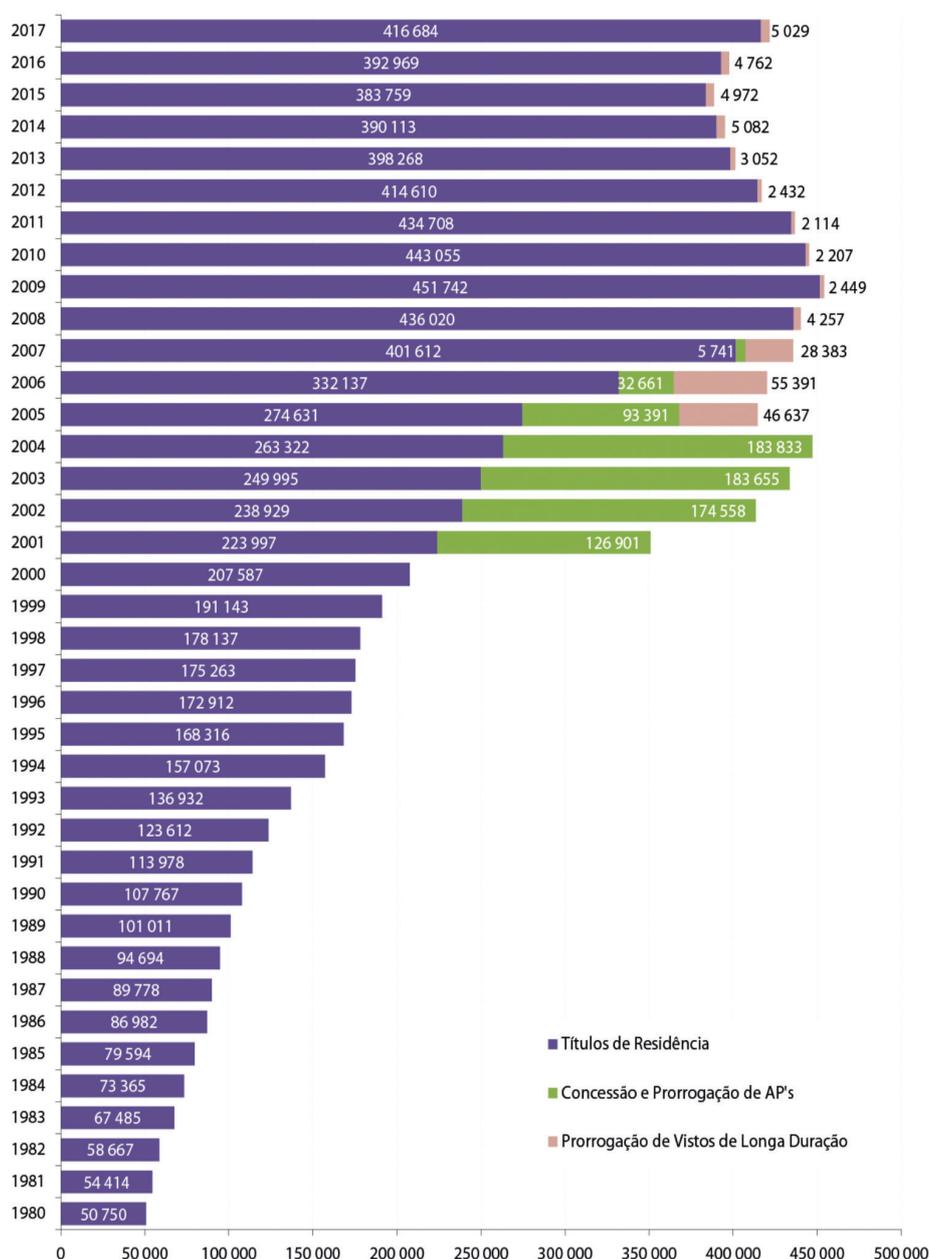


A REALIDADE ESTATÍSTICA DA IMIGRAÇÃO – PARTE 1

A imigração – sua evolução e dimensão ao longo dos últimos anos

O número de estrangeiros em Portugal manteve-se praticamente inalterado entre 1960 e 1975, rondando as três dezenas de milhares por ano. A partir do início dos anos 80 verificou-se um crescimento ininterrupto dos residentes estrangeiros até 2009, ano em que se atingiu cerca de 452 mil imigrantes. A crise em Portugal veio trazer algum retrocesso nos anos seguintes, verificando-se já, no entanto, uma evolução positiva nos anos de 2016 e 2017 quanto ao número de estrangeiros em Portugal.

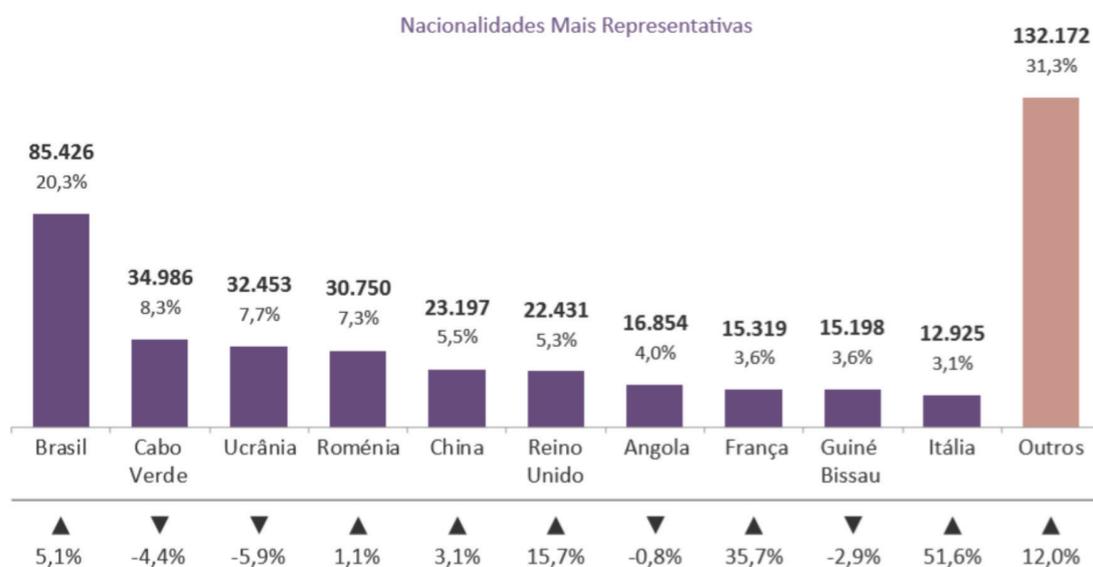
O quadro seguinte, disponibilizado pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), pormenoriza a evolução anual no período 1980-2017.



Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (acesso ao site do SEF em Outubro de 2018)

As principais nacionalidades da imigração

Nos anos mais recentes tem-se assistido a uma mudança na origem da população estrangeira que solicitou o estatuto legal de residência, ocupando agora o Brasil a posição anteriormente detida pelos países do leste europeu. Em 2017, a nacionalidade brasileira (com 85,4 mil indivíduos, a que corresponde 20,3% do total) mantém-se como a principal comunidade estrangeira residente, tendo aumentado 5,1% em relação a 2016. Outras comunidades com algum peso no total (superior a 5%) são Cabo Verde (8,3%), Ucrânia (7,7%), Roménia (7,3%), China (5,5%) e Reino Unido (5,3%). O quadro seguinte mostra as nacionalidades mais representativas.



Fonte: SEF, Relatório de 2017





A localização da imigração em Portugal

Em 2017 mantém-se a distribuição geográfica da população estrangeira, incidindo sobretudo no litoral, sendo que cerca de 68% está registada nos distritos de Lisboa (182 mil), de Faro (69 mil) e Setúbal (36 mil), totalizando 287 038 cidadãos residentes, por oposição a 272 774 em 2016.

| Districts | Total | TRs | VLDs | M | W |
|------------------|---------|---------|-------|---------|---------|
| National Total | 421 711 | 416 682 | 5 029 | 205 874 | 215 837 |
| Aveiro | 12 487 | 12 322 | 165 | 5 892 | 6 595 |
| Beja | 8 497 | 8 479 | 18 | 4 773 | 3 724 |
| Braga | 11 322 | 11 012 | 310 | 5 292 | 6 030 |
| Bragança | 3 038 | 2 842 | 196 | 1 501 | 1 537 |
| Castelo Branco | 4 040 | 3 933 | 107 | 2 076 | 1 964 |
| Coimbra | 12 344 | 11 708 | 636 | 5 861 | 6 483 |
| Évora | 4 037 | 3 897 | 140 | 2 130 | 1 907 |
| Faro | 69 026 | 68 820 | 206 | 34 952 | 34 074 |
| Guarda | 2 025 | 1 979 | 46 | 1 012 | 1 013 |
| Leiria | 16 487 | 16 340 | 147 | 8 268 | 8 219 |
| Lisboa | 182 105 | 180 562 | 1 543 | 88 722 | 93 383 |
| Portalegre | 2 457 | 2 425 | 32 | 1 210 | 1 247 |
| Porto | 27 486 | 26 334 | 1 152 | 12 519 | 14 967 |
| Santarém | 11 068 | 11 007 | 61 | 5 361 | 5 707 |
| Setúbal | 35 907 | 35 765 | 142 | 16 756 | 19 151 |
| Viana do Castelo | 3 158 | 3 127 | 31 | 1 553 | 1 605 |
| Vila Real | 2 067 | 2 036 | 31 | 957 | 1 110 |
| Viseu | 3 964 | 3 959 | 5 | 1 964 | 2 000 |
| Açores | 3 476 | 3 443 | 33 | 1 788 | 1 688 |
| Madeira | 6 720 | 6 692 | 28 | 3 287 | 3 433 |

Fonte: SEF, Relatório de 2017